

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11
NOTAS EXPLICATIVAS	12
01 CONTEXTO OPERACIONAL	12
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES.....	16
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	16
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	17
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	18
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	18
09 IMOBILIZADO	18
10 INTANGÍVEL	19
11 FORNECEDORES	19
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	20
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	20
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL.....	20
15 OBRIGAÇÕES COM O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	22
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24
18 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	24
19 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	24
20 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	25
21 RESULTADO FINANCEIRO.....	25
22 PARTES RELACIONADAS.....	26
23 SEGUROS DE RISCOS	26
24 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NAS LEIS Nº 6.404/76 E Nº 4.320/64 ..	27
25 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	28
26 SUSTENTABILIDADE E GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	29
27 EVENTOS SUBSEQUENTES	30

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração 2025

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Desde o início de seu funcionamento, em 1971, o HCPA promove assistência, pesquisa, inovação e ensino em saúde. Todas as ações são desenvolvidas de forma integrada entre si para cumprir a missão de prestar assistência humanizada e de excelência, gerar conhecimento e inovação e formar pessoas comprometidas com seus valores.

Propósito e visão

O HCPA gera valor para a sociedade prestando assistência humanizada integral e de excelência, promovendo a produção e o compartilhamento de conhecimentos, técnicas e tecnologias inovadoras, e formando profissionais qualificados e socialmente comprometidos. Dessa forma, espera alcançar a sua visão: ser protagonista na transformação de realidades em saúde.

Destaques assistenciais e alta complexidade

É reconhecido por ser a instituição que mais realiza procedimentos de alta complexidade no Rio Grande do Sul, recebendo pacientes de todo o estado, de outras unidades da federação e de países vizinhos. A contratualização é feita com o gestor municipal de saúde (Prefeitura de Porto Alegre) para prestação de serviços ao SUS, com adesão a mais de 80 habilitações. Os atendimentos são prioritariamente voltados ao sistema público, com parcela de internações, exames e procedimentos ofertada a pacientes privados e de convênios, conforme faculta a lei de criação do HCPA.

O HCPA consolida-se como o único prestador do Estado nas seguintes áreas:

- Aplicação de terapia gênica para tratar doenças genéticas
- Tratamento da pessoa com falência intestinal
- Trombectomia mecânica
- Implante percutâneo de válvula aórtica (Tavi)
- Implante de eletrodo para estimulação cerebral para doença de Parkinson

Resultados de 2025

Em 2025, a robustez operacional do hospital foi demonstrada pelos números:

- 4 milhões de exames
- 585,5 mil consultas
- 52,3 mil procedimentos ambulatoriais e cirurgias
- 35,5 mil internações
- 2,9 mil partos e 555 transplantes

Reconhecido pelo atendimento a doenças raras, o HCPA foi habilitado como serviço de referência do Ministério da Saúde em terapia gênica, passando a administrar essa terapia avançada (atualmente para atrofia muscular espinhal) no SUS, com expectativa de tratar cerca de 12 pacientes por ano, sendo referência para a região Sul.

Ensino

No ensino, a presença de 536 professores da UFRGS qualifica a assistência. A instituição possui dois mestrados profissionais (Saúde Mental e Pesquisa Clínica) e seis especializações, capacitando centenas de alunos. O Centro de Simulação ampliou suas atividades para 7.431 pessoas em 2025. Na Residência Médica, são 87 programas com 585 residentes, somados a 136 profissionais na Residência Uni e Multiprofissional.

Pesquisa

A pesquisa é um dos eixos de atuação do HCPA e tem como principal objetivo produzir conhecimento em saúde. As atividades desenvolvidas contribuem para o desenvolvimento de novos processos, novas técnicas e tecnologias para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, com ênfase nas enfermidades predominantes na população brasileira; o estabelecimento de políticas e diretrizes de saúde pública no país; a formação de recursos humanos, por meio de projetos

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

de pesquisa de alunos de graduação e pós-graduação da UFRGS e das especializações e mestrados do HCPA, que realizam suas investigações em laboratórios temáticos e áreas compartilhadas de pesquisa do hospital.

Na área da pesquisa atuam 693 doutores (365 contratados). Em 2025, foram realizadas 2,3 mil consultorias, 718 novos projetos avaliados e 1.032 artigos científicos publicados. O HCPA sedia oito Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), grandes projetos de rede de cooperação científica.

Inovação

A inovação é entendida não apenas como resultado, mas como prática cotidiana, estimulada em toda a comunidade interna por meio de ações que promovem criatividade, colaboração e transformação do conhecimento em impacto social. O Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (Nitt) desempenha papel central nesse processo, atuando como agente articulador das interações que compõem a tríplice hélice da inovação (academia, empresas e governo), e contribuindo para que pesquisas, ideias e soluções desenvolvidas no ambiente hospitalar possam ser estruturadas, validadas e transferidas à sociedade.

A inovação avançou com a obra do Parque Tecnológico e de Inovação em Saúde (a ser inaugurado em março/2026), o qual representa um centro de inovação capaz de gerar projetos e entregas que beneficiarão tanto a estrutura de saúde do país quanto a experiência dos pacientes.

Sustentabilidade e gestão (ESG)

Na revisão do planejamento estratégico 2025-2028, a sustentabilidade foi elencada como valor institucional.

- **Ambiental:** adesão ao mercado livre de energia (economia de R\$ 2,8 milhões) e obtenção do certificado internacional I-REC (100% energia renovável), evitando a emissão de 1.263 toneladas de CO₂.
- **Social:** a atuação do HCPA é guiada por um forte compromisso com a sustentabilidade social, refletido em seu propósito: vidas fazendo mais pela vida. O compromisso se revela no cuidado humanizado, no ensino que forma profissionais alinhados aos valores institucionais e na pesquisa que retorna à sociedade em forma de conhecimento, inovação e impacto positivo para a sociedade.
- **Financeira:** o aspecto econômico-financeiro da sustentabilidade é compreendido como o pilar que viabiliza a excelência no ensino, na pesquisa e na assistência à saúde. A gestão financeira não se limita ao equilíbrio de contas, mas foca na eficiência operacional e na responsabilidade fiscal, garantindo que cada recurso público investido retorne à sociedade na forma de serviços de alta complexidade e inovação tecnológica.

Nossa gente

Em 2025, a comunidade interna somou 12,1 mil pessoas. O ano foi marcado pela revisão da ocupação dos blocos B e C, totalizando 7.373 funcionários celetistas, 1.878 alunos de graduação, 1.652 estagiários, 536 professores e 721 residentes que reúnem saberes, trajetórias e experiências diversas e atuam de forma integrada para colocar em prática os valores da instituição e viabilizar a evolução do cuidado, do ensino e da pesquisa.

O quadro de pessoal do HCPA é formado, em sua maioria, por mulheres, as quais ocupam 72% dos postos em diferentes profissões e funções. Em cargos gerenciais, a predominância do sexo feminino é de 63%.

a) Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por nível hierárquico:

Nível Hierárquico	Quantidade de Mulheres		Evolução (%)	Representatividade em 2025
	2024	2025		
Coordenadoria	9	9	0%	75%
Serviço	44	43	-2%	70%
Seção/Unidade	86	87	1%	64%
Supervisão	45	50	11%	55%
Demais	4.924	5.105	4%	n/a
Total	5.107	5.294	4%	72%

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

b) Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da entidade:

Órgão Estatutário	Quantidade de Mulheres		Evolução (%)	Representatividade em 2025
	2024	2025		
Conselho de Administração	4	5	25%	45%
Diretoria Executiva	4	4	0%	67%

No Conselho de Administração, dos onze membros, cinco são mulheres, representando 45%. Já na Diretoria Executiva, as mulheres respondem por quatro dos seis cargos, o que representa 67% do total.

c) Demonstrativo de remuneração segregada por grupo ocupacional de cargos e por sexo:

Faixa Salarial	Mulheres					Homens					Total Geral
	Fundamental	Médio	Técnico	Superior	Total	Fundamental	Médio	Técnico	Superior	Total	
2.000,01 a 4.000,00	797	6	-	-	803	266	21	-	-	287	1.090
4.000,01 a 6.000,00	17	410	1.308	-	1.735	89	292	262	-	643	2.378
6.000,01 a 8.000,00	-	232	632	83	947	3	152	171	12	338	1.285
8.000,01 a 10.000,00	-	17	4	503	524	-	48	2	89	139	663
10.000,01 a 12.000,00	-	1	-	397	398	-	24	-	178	202	600
12.000,01 a 14.000,00	-	-	-	307	307	-	-	-	136	136	443
Acima de 14.000,00	-	-	-	580	580	-	-	-	334	334	914
Total	814	666	1.944	1.870	5.294	358	537	435	749	2.079	7.373

d) Evolução da média salarial por grupo ocupacional de cargos, por sexo:

Grupo Ocupacional	Mulheres	Homens
Fundamental	5%	6%
Médio	7%	7%
Superior	6%	5%
Técnico	5%	5%
Total Geral	6%	6%

Governança corporativa

O sistema de governança do HCPA coordena ações para atingir os objetivos estratégicos com transparência e conformidade. A estratégia é definida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, enquanto a execução é liderada pela Presidência e sua Diretoria Executiva. A integridade do processo é assegurada por órgãos de fiscalização independentes, tais como o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria (órgão de assessoramento ao conselho de administração) a auditoria independente e a Coordenadoria de Gestão de Auditoria Interna, bem como pelas atividades da Coordenadoria de Gestão de Riscos e Integridade.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	276.492	237.037
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		155	178
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	76.875	58.212
Adiantamentos a Pessoal	7	26.951	21.859
Demais Contas a Receber		693	3.321
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	30.150	27.996
Importação em Andamento		1.264	3.164
Despesas Pagas Antecipadamente		1.035	990
		413.615	352.757
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.733	1.609
Imobilizado	9	961.814	951.002
Intangível	10	1.391	1.631
		964.938	954.242
Total do Ativo		1.378.553	1.306.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	33.929	26.971
Obrigações Tributárias e Sociais	12	107.937	98.722
Obrigações com Pessoal	13	103.873	92.826
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	275.958	248.879
Outras Obrigações		11.320	12.812
		533.017	480.210
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		47.049	23.812
Contingências Passivas	14	854.348	792.402
		901.397	816.214
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	16	1.293.468	1.284.791
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		24.316	8.813
Ajuste de Avaliação Patrimonial	16	(20.893)	(20.113)
Prejuízos Acumulados		(1.352.752)	(1.262.916)
		(55.861)	10.575
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.378.553	1.306.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Resultado

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Operacional Bruta		382.618	379.338
Serviços Prestados		382.618	379.338
Deduções Da Receita Bruta		(3.356)	(4.505)
PIS sobre Faturamento		(598)	(802)
COFINS sobre Faturamento		(2.758)	(3.703)
Receita Operacional Líquida	17	379.262	374.833
Custos Dos Serviços	18	(2.078.366)	(1.877.463)
Resultado Operacional Bruto		(1.699.104)	(1.502.630)
Despesas Operacionais		(397.938)	(315.453)
Despesas Administrativas	18	(335.992)	(313.281)
Provisão para Contingências	18	(61.946)	(2.172)
Outras Receitas e Despesas	20	21.544	36.194
Receitas		30.442	46.275
Despesas		(7.092)	(9.606)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(1.806)	(475)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(2.075.498)	(1.781.889)
Resultado Financeiro	21	6.709	4.292
Despesas Financeiras		(3.641)	(643)
Receitas Financeiras		10.350	4.935
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(2.068.789)	(1.777.597)
Subvenções do Tesouro Nacional		2.026.526	1.819.242
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(58.684)	(32.093)
Reversões e Repasses Concedidos		10.331	10.600
Resultado do Exercício		(90.616)	20.152

Demonstrações do Resultado Abrangente

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado do Exercício		(90.616)	20.152
Realização da Avaliação Patrimonial	16	780	789
Reversão de Menos Valia		-	27
Resultado Abrangente do Exercício		(89.836)	20.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.247.924	36.867	(19.297)	(1.283.884)	(18.390)
Realização da Avaliação Patrimonial	16 (b)	-	-	(816)	816	-
Aumento de Capital		36.867	(36.867)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	8.813	-	-	8.813
Resultado do Exercício		-	-	-	20.152	20.152
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.284.791	8.813	(20.113)	(1.262.916)	10.575
Realização da Avaliação Patrimonial	16 (b)	-	-	(780)	780	-
Aumento de Capital		8.677	(8.677)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	24.180	-	-	24.180
Resultado do Exercício		-	-	-	(90.616)	(90.616)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.293.468	24.316	(20.893)	(1.352.752)	(55.861)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício	(90.616)	20.152
Ajustes para Reconciliar o Resultado	31.108	27.020
Ajustes de Depreciação/Amortizações	30.392	31.403
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(87)	(87)
Variação Cambial Passiva (Importação)	3.369	418
Variação Cambial Ativa (Importação)	(1.678)	(819)
Baixa de Bens Imobilizados	10.368	6.210
Produção de Bens em Estoque	(2.996)	(4.106)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(328)	(219)
Doações de Bens Móveis	(7.292)	(2.241)
Doações de Mercadorias	(640)	(3.539)
Variação de Ativos e Passivos	97.278	38.572
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(18.421)	(986)
Adiantamentos a Pessoal	(5.092)	9
Outras Contas a Receber (CP e LP)	2.738	(2.912)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(123)	(19)
Importações em Andamento (Estoque)	1.900	(2.246)
Estoques	1.482	7.585
Despesas Pagas Antecipadamente	(45)	(342)
Fornecedores	6.958	4.787
Outras Obrigações a Pagar	(995)	3.236
Obrigações com Pessoal	11.047	6.300
Obrigações Sociais a Pagar	4.377	16.031
Obrigações Tributárias a Pagar	4.838	8.118
Adiantamentos de Clientes	(410)	335
Provisão para Férias	13.628	16.122
Provisão para Previdência Privada	-	(2.385)
Provisão para Licença Especial	13.450	3.230
Provisão pra Contingências	61.946	(18.291)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	37.770	85.744
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(21.028)	(1.563)
Aquisições de Bens Móveis	(36.291)	(14.178)
Aquisições de Importação em Andamento	11.654	(13.805)
Aquisições de Intangíveis	(67)	(302)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimento	(45.732)	(29.848)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	23.236	12.097
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.181	8.813
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	47.417	20.910
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	39.455	76.806
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	237.037	160.231
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	276.492	237.037
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	39.455	76.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do Valor Adicionado

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	382.618	379.338
Outras Receitas	20.901	45.115
Prov. Créd. Liq. Duvidosa Reversão/(Constituição)	(1.834)	(3.356)
	401.685	421.097
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	(268.212)	(245.109)
Serviços de Terceiros	(192.102)	(180.875)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(4.423)	(3.079)
	(464.737)	(429.063)
Valor Adicionado Bruto	(63.052)	(7.966)
Despesas com Depreciação/Amortização	(38.953)	(37.845)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(102.005)	(45.811)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	10.350	4.935
Repasse Recebidos (-) Subvenções	1.967.827	1.787.149
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	10.346	10.600
Receitas de Aluguéis	9.896	1.985
	1.998.419	1.804.669
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.896.414	1.758.858
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	1.355.425	1.172.495
Benefícios	145.138	119.783
FGTS	103.626	95.615
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	375.172	346.164
Estaduais/Municipais	72	51
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	3.641	643
Locação de Imóveis	12	499
Locação de Máquinas e Equipamentos	3.944	3.456
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultado do Exercício	(90.616)	20.152
Valor Adicionado Distribuído	1.896.414	1.758.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o à Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pelo Diretor-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretor-Presidente, Diretor Médico, Diretora Administrativa, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$). As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional de negócios.

As demonstrações foram aprovadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 3 de março de 2026.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2025. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 31 de dezembro de 2025. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação e amortização acumuladas. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado, quando incorridos.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Bens Móveis e Máquinas	De 04 anos a 10 anos
Informática	De 02 anos a 05 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software / Direito de Propriedade	De 05 anos a 10 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Instituição revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) Obrigações Tributárias

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal n° 306/93 e n° 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB n° 1.234/2012 e n° 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo n° 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar n° 214, prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos. Em janeiro de 2026 a Lei Complementar no. 227, instituiu o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), entidade pública com caráter técnico e operacional sob regime especial. A nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos advindos da reforma.

A Instituição constituiu um grupo de estudos multiprofissional para analisar os possíveis impactos da reforma tributária em seus processos, tanto na área de faturamento, quanto de compra de materiais e serviços. A mensuração do impacto da reforma tributária neste momento é complexa, visto que ainda depende de definições regulatórias pendentes sobre a natureza jurídica do hospital e alíquotas aplicáveis aos fornecedores.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado da competência em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias, administrativas e outras) são reconhecidas conforme a NBC TG 25, ou seja, quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, o qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 13.968 (cíveis) e R\$ 69.654 (trabalhistas), totalizando R\$ 83.622.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital), entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(s) Arrendamentos

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, concluiu-se que todas as características que implicariam um arrendamento operacional representam obrigação dos fornecedores nos contratos formalizados com a Instituição. Assim, os instrumentos de locação de móveis e equipamentos médicos vigentes são reconhecidos fora da classificação de arrendamentos.

(t) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Relevantes

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição de não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A esta Coordenadoria compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. Para o exercício de 2025, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 15.121, de 10 de abril de 2025.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	15	24
Bancos – Conta Corrente	1.915	-
Depósitos Bancários – Poupança	435	451
Limite de Saque – Conta Única do Tesouro Nacional	188.669	163.686
Recursos da Conta Única Aplicados	85.458	72.876
Saldo Contábil	<u>276.492</u>	<u>237.037</u>

A conta bancos – conta corrente – é composta, desde janeiro de 2025, por depósitos recebidos da Secretaria da Saúde no Banrisul, conforme Termo FPE nº 4857/2024 - Processo nº 24/2000-0051889-5 e Termo FPE nº 5703/2024 - Processo 24/2000-0025583-5 respectivamente. O recurso é destinado ao projeto do Centro Integrado de Oncologia – CIONCO.

Já a conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio. A variação dos saldos de 2024 para 2025 ocorre parcialmente pelo aumento dos recursos recebidos do SUS, destinados a pagar despesas com vencimentos em 2026, pelo aumento de recursos recebidos destinados para a folha de pagamento, a ser paga no primeiro dia útil de janeiro de 2026, e a recursos aplicados oriundos dos termos FPE com a Secretaria da Saúde citada no parágrafo anterior, destinados a despesas de capital com vencimentos em 2026.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	57.558	42.318
Convênios Privados	13.131	14.980
Clientes Particulares	8.390	6.549
Pesquisa	2.650	352
Fundação Médica do Rio Grande do Sul - PDIs	4.284	3.241
Créditos Diversos	806	1.045
Subtotal	<u>86.819</u>	<u>68.485</u>
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.944)	(10.273)
Valor Líquido a Receber	<u>76.875</u>	<u>58.212</u>

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

O aumento do valor a receber do Sistema Único de Saúde deve-se a incentivos referentes a portarias formalizadas durante o ano de 2025, os quais foram faturados, mas ainda estão pendentes de recebimento. Parte do valor a receber refere-se ao faturamento do mês de dezembro de 2025, o qual totalizou R\$ 25.140.

Os valores a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, estão amparados em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais (PDIs).

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Décimo Terceiro Salário	13.485	10.921
Férias	13.459	10.932
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	7	6
Saldo Contábil	<u>26.951</u>	<u>21.859</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2026, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2026.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Medicamentos	8.818	9.373
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	10.602	10.223
Material de Órtese e Prótese	3.424	2.571
Materiais e Utensílios	819	674
Rouparia (uniformes)	1.555	837
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	330	304
Material de Expediente, Informática e Gráfico	127	158
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	62	51
Materiais de Engenharia e Ferramentas	4.413	3.805
Saldo Contábil	<u>30.150</u>	<u>27.996</u>

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2025 os estoques garantiam 37 dias de utilização.

09 Imobilizado

	<u>Tx.%</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Edifícios	1	811.520	(124.914)	686.606	695.850
Terrenos	-	67.406	-	67.406	67.406
Obras Andamento/Estudos e Projetos	-	55.334	-	55.334	37.021
Instalações	10	25.776	(16.953)	8.823	10.317
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	364.236	(236.289)	127.947	110.766
Informática	20 a 50	40.472	(25.749)	14.723	15.291
Veículos Diversos	10 a 20	946	(831)	115	145
Subtotal Imobilizado		<u>1.365.690</u>	<u>(404.736)</u>	<u>960.954</u>	<u>936.796</u>
Bens Móveis em Andamento		860	-	860	14.206
Saldo Contábil		<u>1.366.550</u>	<u>(404.736)</u>	<u>961.814</u>	<u>951.002</u>

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2025	Aquisições	Transferências	Baixas [2]	Custo 31/12/2025
Edifícios	808.806	-	2.714	-	811.520
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento [1]	37.021	21.027	(2.714)	-	55.334
Instalações	25.776	-	-	-	25.776
Bens Móveis e Máquinas	329.821	39.907	-	(5.492)	364.236
Informática	41.690	3.657	-	(4.875)	40.472
Veículos Diversos	928	18	-	-	946
Total Imobilizado	1.311.448	64.609	-	(10.367)	1.365.690

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos.

[2] A instituição realizou a baixa de 616 bens imobilizados, sendo 96% dos itens relacionados a bens irrecuperáveis e antieconômicos, incluindo equipamentos hospitalares de grande porte, os quais foram leiloados. Os demais bens foram baixados por troca em garantia.

10 Intangível

	Tx %	Custo	Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Software	10 a 20	9.260	(7.920)	1.340	1.631
Direito de Propriedade	10 a 20	52	(1)	51	-
Saldo Contábil		9.312	(7.921)	1.391	1.631

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Intangível

	Custo 01/01/2025	Aquisições	Baixas	Custo 31/12/2025
Software	9.245	15	-	9.260
Direito de Propriedade	-	52	-	52
Total Intangível	9.245	67	-	9.312

11 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.	1.619	39
Br Life	1.106	-
Líder Notebooks Comercio e Serviços Ltda.	772	-
Centro Saneamento e Serviços Avançados Ltda.	567	-
Companhia De Gás do Estado Do Rs.	564	674
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda.	551	395
Betron Tecnologia em Segurança Ltda.	496	-
Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.	460	407
Life Laboratório De Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	459	-
Roche Diagnóstica Brasil Ltda.	436	298
Trimedcall Comercio de Materiais Médicos	423	439
	7.453	2.252
Demais fornecedores	26.476	24.719
Saldo Contábil	33.929	26.971

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos fornecedores estão apresentados em ordem decrescente. O montante de R\$ 26.476 está pulverizado em 514 fornecedores em 31 de dezembro de 2025.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS sobre Faturamento	57	255
COFINS sobre Faturamento	262	1.177
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	3.689	2.763
IRRF sobre Folha de Pagamento	53.140	48.115
Obrigações Tributárias	<u>57.148</u>	<u>52.310</u>
Encargos Previdenciários de Fornecedores	147	219
Encargos Previdenciários de Pessoal	36.679	33.660
FGTS	13.963	12.533
Obrigações Sociais	<u>50.789</u>	<u>46.412</u>
Saldo Contábil	<u><u>107.937</u></u>	<u><u>98.722</u></u>

Na conta Obrigações Tributárias são registrados as contribuições federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	89.168	79.375
Previdência e Assistência Médica	7.626	7.020
Empréstimos e Financiamentos	5.764	5.295
Outras Despesas de Pessoal	1.315	1.136
Saldo Contábil	<u><u>103.873</u></u>	<u><u>92.826</u></u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de dezembro de 2025. Em contrapartida, estão depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de janeiro de 2026.

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	-	854.348	854.348	792.402
Férias a Pagar (b)	178.655	-	178.655	165.026
Licença Especial (c)	97.303	-	97.303	83.853
Saldo Contábil	<u><u>275.958</u></u>	<u><u>854.348</u></u>	<u><u>1.130.306</u></u>	<u><u>1.041.281</u></u>

(a) Contingências

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	-	821.280	821.280	767.717
Cíveis	-	33.068	33.068	24.685
Saldo de Contingências	<u><u>-</u></u>	<u><u>854.348</u></u>	<u><u>854.348</u></u>	<u><u>792.402</u></u>

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	Trabalhista	Cível e Administrativa	Total
Saldo Inicial em 01/01/2025	767.717	24.685	792.402
Adições	20.040	15.328	35.368
Atualização	37.613	11.423	49.036
Baixas por Pagamento	(2.914)	(9.567)	(12.481)
Baixas por Reversão	(1.176)	(8.801)	(9.977)
Saldo de Contingências	821.280	33.068	854.348

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O SIMERS recorreu da decisão de primeira instância que extinguiu o processo sem resolução do mérito, logo o processo aguarda encaminhamento ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. região para julgamento. Em 31 de dezembro de 2025, a ação possui valor estimado em R\$ 389.548 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

Em 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 31 de dezembro de 2025, a ação possui valor estimado em R\$ 65.563 mil e possui expectativa de perda provável, conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

O contingenciamento das ações que possuem expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA, acarretou na apresentação de um patrimônio líquido negativo da entidade a partir do mês de agosto de 2023, conforme relatado na nota explicativa nº 16.

(b) Férias a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Férias		
Saldo Inicial	120.105	108.376
Baixas	(15.274)	(16.996)
Apropriações	25.151	28.725
Total de Férias	129.982	120.105
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	44.921	40.528
Baixas	(5.641)	(6.342)
Apropriações	9.393	10.735
Total de Encargos sobre Férias	48.673	44.921
Saldo de Férias a Pagar	178.655	165.026

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) **Licença Especial**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	61.053	58.698
Baixas	(559)	(2.320)
Apropriações	10.336	4.675
Total de Licença Especial	<u>70.830</u>	<u>61.053</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	22.800	21.924
Baixas	(212)	(865)
Apropriações	3.885	1.741
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>26.473</u>	<u>22.800</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>97.303</u>	<u>83.853</u>

15 Obrigações com o Plano de Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos participantes e o respectivo grupo familiar. Na modalidade BD está a parte de risco que, a partir da sua concessão, o pagamento é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2025 pela Rumo Atuarial, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Expectativa de Inflação	4,00% a.a.
Taxa de Rotatividade	3,71% a.a.
Projeção de Aumento Real Média dos Salários	1,53% a.a.
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 Masculino/Feminino
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados	AT-2000 Masculino/Feminino
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Status do Fundo e Passivo/Ativo		
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(179.725)	(164.377)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	272.437	232.325
Status do Plano de Benefícios/Superávit	<u>92.712</u>	<u>67.948</u>

Considerando a posição de 31 de dezembro de 2025, o Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

16 Patrimônio Líquido

A partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo, o que indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado na nota explicativa nº 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 55.861.

(a) Capital Social

O Capital Social da entidade pertence integralmente a União, sendo seu valor em 31 de dezembro de 2025 de R\$ R\$ 1.293.468 (um bilhão, duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais), composto da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2024	1.284.791
Capitalização do AFAC	8.677
Total em 31/12/2025	<u>1.293.468</u>

A capitalização foi autorizada na Assembleia Geral Extraordinária de nº 039/2025, realizada em 17 de abril de 2025, sendo os valores incorporados referentes a repasses recebidos da União para investimento e registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	(20.113)	(19.297)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(780)	(789)
Reversão de Menos Valia	-	(27)
Saldo final	<u>(20.893)</u>	<u>(20.113)</u>

O valor de R\$ 27 em 2024 refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. No exercício de 2025 não houve reversões.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	290.669	252.531
Convênios	63.793	54.637
Particulares	12.182	12.071
Pesquisa e Ensino	12.963	54.483
Outros Serviços	3.011	5.616
Total de Serviços Prestados	<u>382.618</u>	<u>379.338</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(598)	(802)
COFINS sobre Faturamento	(2.758)	(3.703)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(3.356)</u>	<u>(4.505)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>379.262</u>	<u>374.833</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente.

18 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>		
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	1.559.734	240.437	1.800.171	1.415.178	222.692	1.637.870
Benefícios de Pessoal	121.514	23.624	145.138	98.322	21.461	119.783
Consumo de Materiais	257.496	7.720	265.216	235.664	5.339	241.003
Depreciações/Amortizações	22.771	16.183	38.954	21.543	16.302	37.845
Despesas c/ Serviços PF e PJ	116.851	48.028	164.879	106.756	47.487	154.243
Subtotais	<u>2.078.366</u>	<u>335.992</u>	<u>2.414.358</u>	<u>1.877.463</u>	<u>313.281</u>	<u>2.190.744</u>
Provisões para Contingências	-	61.946	61.946	-	2.172	2.172
Saldo Contábil	<u>2.078.366</u>	<u>397.938</u>	<u>2.476.304</u>	<u>1.877.463</u>	<u>315.453</u>	<u>2.192.916</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos e indiretos são distribuídos em: pessoal, consumo, depreciação/amortização e serviços.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

19 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Assistência Médica	19.045	16.723
Auxílio Transporte	3.139	2.999
Auxílio Creche	1.076	1.062
Auxílio Alimentação	78.412	56.147
Previdência Privada	43.465	42.852
Saldo Contábil	<u>145.137</u>	<u>119.783</u>

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto na Resolução nº 30 de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União e no Decreto nº 9.845/2016, artigo 19, divulgamos o valor médio global dos benefícios oferecidos aos empregados na tabela abaixo:

Benefício	Valor em Reais
Vale Alimentação	1.000,00
Pré-escola	238,02
Assistência à saúde	177,02
Previdência Complementar	1.042,95
Vale-transporte	263,95
Seguro de vida	4,77

20 Outras Receitas e Despesas

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas		
Aluguéis	1.867	1.985
Contrato de Prestação de Serviços Financeiros	3.545	3.348
Doações de Estoque e Uso Permanente	7.931	5.780
Estacionamento	4.484	-
Leilões	305	193
Ressarcimentos de Funcionários	1.568	1.448
Restituições de Convênios	3.803	3.486
Reversão de PECLD	2.642	3.282
Reversão de Provisões TSP	-	2.385
Reversão de Provisões Judiciais	-	20.463
Outros Acréscimos	4.297	3.905
Total de Outras Receitas	30.442	46.275
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(7.092)	(9.606)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(1.806)	(475)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(8.898)	(10.081)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	21.544	36.194

21 Resultado Financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	8.107	2.983
Juros e Multas Previstos em Contratos	478	1.045
Variação Cambial e Monetária Ativa	1.765	907
Total Receita Financeira	10.350	4.935
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(507)	(322)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(3.134)	(321)
Total Despesa Financeira	(3.641)	(643)
Saldo Contábil	6.709	4.292

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

22 Partes Relacionadas

Os saldos contábeis e as transações relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da instituição com outra pessoa ou entidade que se enquadre na definição de parte relacionada constante na Política Institucional do HCPA.

(a) Valores Recebidos

Banco do Brasil: Sociedade de Economia Mista, constituída por capital público e privado. Efetuiu pagamentos relativos ao gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos empregados do HCPA. Em 2025, o montante foi de R\$ 3.545 (2024: R\$ 3.348).

Fundação Médica do Estado do RS: Legalmente constituída como fundação de apoio desta entidade nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e fomento à inovação, perante o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Em 2025, o HCPA faturou o total de R\$ 11.241 referente a contas hospitalares e repasses de projetos de pesquisa (2024: R\$ 53.844). As receitas com doações recebidas em 2025 foram de R\$ 188 (2024: R\$ 1.402).

(b) Valores Pagos

Abaixo demonstramos os totais pagos no exercício, caracterizados como partes relacionadas da instituição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comissão Nacional de Energia Nuclear - IPEN	495	412
Fundação Médica do Estado do RS	374	475
Empresa Brasil de Comunicação	24	27
Outras	3	1
Total	<u>896</u>	<u>915</u>

O valor de R\$ 495 pago à Comissão Nacional de Energia Elétrica, autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), refere-se ao fornecimento de insumos nucleares utilizados em exames médicos. O valor de R\$ 374, pago à Fundação Médica do Estado do RS, refere-se à contratação da entidade como apoio ao hospital em projetos de ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

23 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 870.548 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2025 a 01 de agosto de 2026.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de agosto de 2025 a 01 de agosto de 2026. A importância segurada com a empresa AXA Seguros S.A. é de R\$ 13.882.

Responsabilidade Civil Diretores & Officer (D&O):

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil dos Diretores e Conselheiros, com vigência de 09 de setembro de 2025 a 09 de setembro de 2026. A importância segurada com a empresa KOVR Seguradora S.A é de R\$ 10.000.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

24 Conciliação das Demonstrações Contábeis com Base nas Leis nº 6.404/76 e nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores em 31 de dezembro de 2025 em cada uma das leis mencionadas.

Balanco Patrimonial

Ativo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	276.492	276.236	256
Créditos a Receber Curto Prazo	114.619	104.552	10.067
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(9.945)	(9.950)	5
Estoques	31.414	30.264	1.150
Despesas Pagas Antecipadamente	1.035	1.035	-
	413.615	402.137	11.478
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	1.733	1.733	-
Imobilizado e Intangível	963.205	963.527	(322)
	964.938	965.260	(322)
Total do Ativo	1.378.553	1.367.397	11.156
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	33.929	27.732	6.197
Outras Obrigações	499.088	565.570	(66.482)
	533.017	593.302	(60.285)
Não Circulante			
Subvenções e Doações	47.049	47.049	-
Provisões p/ Contingências	854.348	854.348	-
	901.397	901.397	-
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	1.293.468	1.293.468	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	24.316	24.316	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(20.893)	(20.893)	-
Prejuízos Acumulados	(1.352.752)	(1.424.193)	71.441
	(55.861)	(127.302)	71.441
Total do Passivo	1.378.553	1.367.397	11.156

Ativo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 256 corresponde: R\$ 15 a registros contábeis de pagamentos recebidos e não transferidos para a conta única em 2025; R\$ 241 à reclassificação de remuneração de recursos aplicados na conta única a receber. O valor de R\$ 10.067 corresponde a: (R\$ 3.152) baixas de clientes por competência; (R\$ 241) reclassificação de remuneração de recursos aplicados na conta única a receber; R\$ 13.459 reversão do lançamento de regularização do saldo contábil de adiantamento versus férias a pagar. O valor de R\$ 5 refere-se à reversão da provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa. O valor de R\$ 1.150 refere-se à apropriação de importação sem fechamento de câmbio. Sobre o valor de (R\$ 322) do não circulante, refere-se a registro contábil realizado por outra UG ainda sem comprovação, sendo por isso estornado na contabilidade societária.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Circulante e Não Circulante: o valor de R\$ 6.197 refere-se a apropriações por competência de fornecedores. O valor de (R\$ 66.482) refere-se a: R\$ 594 de provisões trabalhistas; (R\$ 76.545) a estorno referente a recurso recebido por descentralização; R\$ 13.459 reversão do lançamento de regularização do saldo contábil de adiantamento versus férias a pagar; (R\$ 3.990) estorno do depósito por devolução de despesas do plano de saúde.

Patrimônio Líquido: os valores referem-se às contrapartidas dos ajustes no Ativo e Passivo Circulantes e Não Circulantes.

Demonstração do Resultado do Exercício	6.404/76	4.320/64	Diferença
Receita Operacional Bruta	2.409.144	2.409.144	-
Ajustes da Receita Bruta	10.331	10.331	-
Deduções da Receita Bruta	(3.356)	(3.356)	-
Repasses Transferidos para AFAC/Subvenção	(58.684)	(58.684)	-
Receita Operacional Líquida	2.357.435	2.357.435	-
Custo dos Serviços	(2.078.366)	(2.070.533)	(7.833)
Resultado Operacional Bruto	279.069	286.902	(7.833)
Despesas Operacionais	(397.938)	(396.672)	(1.266)
Outras Receitas e Despesas	21.544	66.694	(45.150)
Resultado Financeiro	6.709	6.709	-
Prejuízo do Exercício	(90.616)	(36.367)	(54.249)

O valor de (R\$ 7.833) de custos dos serviços e de (R\$ 1.266) em despesas operacionais referem-se a (R\$ 8.563) reclassificação da depreciação por baixa de bens e (R\$ 536) a provisões trabalhistas e despesas por competência registradas na contabilidade societária em 2025 e, no SIAFI, em janeiro de 2026.

Quanto ao valor de (R\$ 45.150) no grupo de outras receitas e despesas, (R\$ 52.083) refere-se ao estorno do passivo de recursos recebidos por descentralização; R\$ 1.467 referente à provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2024, apropriada em 2025; R\$ 6 referente à provisão para créditos de liquidação duvidosa de 2025, apropriada em 2025; (R\$ 5.493) referente a ajuste de classificação de receita e despesa, R\$ 8.561 referente à reversão da depreciação de bens móveis e imóveis e R\$ 2.392 referente estorno e anulação de estorno de doação aguardando documentação.

25 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 30, de 04 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.

Valores em Reais

Mensal	2025			2024		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	41.493,98	46.366,19	32.246,00	38.751,28	44.008,52	29.720,00
Menor	41.493,98	2.406,81	2.188,79	38.751,28	2.743,49	2.170,35
Média	41.493,98	13.585,48	7.867,06	38.751,28	12.048,52	7.600,97

Em 2025, os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal receberam honorários mensais de R\$ 4.023,30 (2024: R\$ 3.837,93). Conforme estatuto social do HCPA a remuneração mensal destes não excederá a 10% da remuneração mensal média dos Diretores Executivos, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

O total de funcionários contratados em 31 de dezembro de 2025 é de 7.373 (2024: 7.105).

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

26 Sustentabilidade e Gestão Econômico-Financeira

O IFRS S1 contempla requisitos gerais para divulgações de informações financeiras sobre sustentabilidade e o IFRS S2 contempla requisitos quanto às publicações relacionadas a questões climáticas. Tais exigências não se aplicam diretamente ao HCPA, contudo a administração entende oportuna a adesão voluntária às normas, reconhecendo-as como uma boa prática de gestão de riscos, transparência e posicionamento estratégico. A obrigatoriedade de divulgação com a publicação das demonstrações contábeis ocorrerá a partir de 2027.

A sustentabilidade é um dos valores centrais do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), estando integrada de forma transversal no Plano de Negócios e Gestão Estratégica (PNGE) para o ciclo 2025-2028. A instituição reconhece a sustentabilidade em seus aspectos ambientais, sociais e econômicos como diretriz fundamental para o uso responsável dos recursos públicos.

Ambiental

O HCPA direciona suas práticas para a promoção do bem-estar das pessoas e ao uso responsável dos recursos naturais como forma de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir impactos negativos relacionados às suas atividades da instituição. Seguem algumas iniciativas desenvolvidas:

- Consumo Sustentável: acompanhamento de consumo de folhas A4, copos descartáveis e fraldas;
- Consumo de Energia: A migração para o mercado livre de energia permitiu à instituição uma economia direta de R\$ 2,8 milhões em 2025. O uso exclusivo de energia renovável em 2024 foi comprovado pelo certificado internacional I-REC, evitando a emissão de 1.263 toneladas de CO₂ naquele período.
- Gerenciamento de resíduos: Para que o descarte de resíduos seja realizado de forma adequada, o hospital mantém auditorias e promove treinamentos presenciais e no formato de educação a distância voltados ao público interno. O tema também é abordado em campanhas institucionais.
- Editais e compras públicas sustentáveis: Em 2025, o HCPA avançou de forma significativa na incorporação de critérios de sustentabilidade ambiental e social em seus processos de compras públicas, consolidando uma trajetória de crescimento contínuo observada desde 2023. No exercício, os editais com critérios de sustentabilidade apresentaram crescimento de 94% em relação ao ano anterior, passando a representar 20% do total de licitações realizadas, o que supera a meta institucional estabelecida.

Social

A atuação do HCPA é guiada por um forte compromisso com a sustentabilidade social, refletido em seu propósito: vidas fazendo mais pela vida. Esse compromisso se revela no cuidado humanizado, no ensino que forma profissionais alinhados aos valores institucionais e na pesquisa que retorna à sociedade em forma de conhecimento, inovação e impacto positivo para a sociedade. Principais iniciativas:

- Doação de leite humano: Em 2025, o Banco de Leite Humano (BLH) do Clínicas atendeu 13,8 mil mães e pais, contou com 1,4 mil doadoras registradas e coletou 980 litros de leite humano. Ao longo do ano, o BLH manteve a campanha de incentivo à doação de leite humano, contribuindo para o cuidado de recém-nascidos internados na UTI Neonatal e reafirmando seu papel estratégico na assistência neonatal.
- Grupo de Voluntariado: Oferece apoio a pacientes em tratamento no hospital, levando acolhimento, conforto e orientação a pessoas atendidas em diferentes especialidades e serviços. Em 2025, o grupo realizou 5,5 mil visitas a pacientes e doou mais de 3 mil itens, entre próteses, enxovais, roupas, calçados e kits de higiene. Também são emprestadas perucas a quem está em tratamento oncológico.
- Apoio linguístico: Projeto de inclusão que visa uma comunicação efetiva com pacientes que não dominam a língua portuguesa ou que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) para se comunicar.
- Casa de Apoio: Crianças e adolescentes em tratamentos prolongados podem se hospedar, junto a um acompanhante, na Casa de Apoio. Criada há 29 anos, tem capacidade para receber até 54 pessoas simultaneamente e conta com uma equipe multidisciplinar dedicada a oferecer um ambiente acolhedor de atenção e apoio às necessidades individuais.
- Promoção à saúde em datas alusivas: Para conscientizar e promover a prevenção de doenças, o HCPA realizou diferentes iniciativas voltadas à comunidade interna e à sensibilização dos profissionais de saúde como multiplicadores de conhecimento junto aos pacientes.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

- Programa Cultura no Clínicas: Ao longo do ano, foram realizadas apresentações de música, declamação de poesias, exposição de pintura e outras expressões artísticas, levando leveza e inspiração à rotina da comunidade interna.
- Diversidade, equidade e inclusão: Em 2025, o HCPA manteve e ampliou ações voltadas à promoção da diversidade, da equidade e da inclusão. O hospital é signatário do Pacto pela Diversidade, Equidade e Inclusão das Empresas Estatais (promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação) e aderiu à 7ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (iniciativa do Ministério das Mulheres em parceria com a ONU Mulheres e os ministérios da Igualdade Racial e do Trabalho).

Econômica

No HCPA, o aspecto financeiro da sustentabilidade é compreendido como o pilar que viabiliza a excelência no ensino, na pesquisa e na assistência à saúde. A gestão financeira não se limita ao equilíbrio de contas, mas foca na eficiência operacional e na responsabilidade fiscal, garantindo que cada recurso público investido retorne à sociedade na forma de serviços de alta complexidade e inovação tecnológica. Para monitorar e reportar essa sustentabilidade, o HCPA fundamenta-se nos seguintes eixos:

- Eficiência no uso de recursos: monitoramento constante da captação de receitas próprias, adesão a emendas parlamentares com projetos de qualificação da infraestrutura tecnológica, bem como na aplicação de metodologia para utilização das verbas de capital.
- Redução de desperdícios: implementação de programas de gestão assistencial que visam à redução da média de permanência e a taxa de cancelamentos de cirurgias por causas hospitalares, o controle rígido de estoques e a eficiência energética.
- Impacto econômico das políticas públicas: avaliação do retorno social gerado pela assistência à saúde pela formação de profissionais de saúde e pelo desenvolvimento de pesquisas para o avanço do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Captação de Receitas Próprias: No exercício de 2025, o HCPA alcançou um montante total de R\$ 385,8 milhões em receitas próprias, representando um crescimento de 12,3% em relação ao ano anterior.

A capacidade de investimento do HCPA em 2025 totalizou R\$ 68,3 milhões, destinados à modernização do parque tecnológico e continuidade operacional, tendo como fontes de financiamento recursos próprios/MEC (R\$ 35,4 milhões), emendas parlamentares (R\$ 4,2 milhões) e parcerias estratégicas, como o projeto CIONCO em parceria com o Tribunal de Justiça do RS (R\$ 20 milhões) e o Centro Integrado de Tecnologia e Inovação (Citi), por meio de edital com o FINEP (R\$ 8,6 milhões).

27 Eventos Subsequentes

De 31 de dezembro de 2025 até 3 de março de 2026, data de aprovação destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Referente ao exercício de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Continuidade operacional

Conforme o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025, o HCPA apresentou resultado negativo no exercício no montante de R\$ 90.616 mil, patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 55.861 mil, bem como ativo circulante menor que o passivo circulante no valor de R\$ 119.402 mil. Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 16, de que, a partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar patrimônio líquido negativo, o que indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do Governo Federal, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido Negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros, mensalmente, para quitar obrigações com terceiros e colaboradores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do HCPA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do HCPA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do HCPA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do HCPA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o HCPA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do HCPA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o HCPA a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 3 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Eliane Tânia Resmini
Contadora CRC RS T SP 59.765/O-1
Sócia Responsável Técnica